

PROAC / COSEAC - Gabarito

Prova de Conhecimentos Específicos

1ª QUESTÃO: (3,0 pontos)

Discorra sobre os critérios de distinção entre o Direito Público e o Direito Privado e examine a questão da validade de tal distinção no mundo contemporâneo.

Sugestão de resposta:

O candidato deve abordar os critérios tradicionais de distinção entre o Direito Público e o Direito Privado, em especial o do interesse predominante (público ou privado) e o das partes que integram a relação jurídica (Estado/particulares ou particulares/particulares). Além disso, o candidato deve abordar também o debate contemporâneo acerca da validade dessa distinção, enfatizando, por um lado, a tendência atual de incremento da eficácia dos princípios de Direito Público nas relações privadas e, por outro, a de relativização da supremacia do interesse público sobre o privado, em especial quando este se sustenta em direitos fundamentais. Ademais, o candidato deve abordar o surgimento de uma esfera pública não estatal, em face do qual a distinção público/privado se torna ainda menos precisa.

2ª QUESTÃO: (3,0 pontos)

A partir das contribuições da sociologia jurídica, em especial das obras de Marx e Weber, disserte sobre a relação entre o Direito e o fenômeno econômico.

Sugestão de resposta:

O candidato deve abordar o tema das implicações recíprocas entre o Direito e a Economia, identificando as duas posições extremas a que o debate classicamente se cinge: a de Marx, que sustenta a supremacia da Economia sobre o Direito, ao caracterizá-lo (o Direito) como uma mera manifestação superestrutural das relações de produção; e a de Weber, para o qual o surgimento e o desenvolvimento da economia capitalista estão condicionados à vigência de um Direito racional, capaz de garantir a segurança e a estabilidade das relações econômicas.

PROAC / COSEAC - Gabarito

3ª QUESTÃO: (4,0 pontos)

--	--

“O poder do Estado é legal e legítimo”.

Analise a veracidade desta afirmação com base nos conceitos de legalidade e legitimidade.

Sugestão de resposta:

A afirmação não é verdadeira porque legalidade e legitimidade são conceitos distintos. A legalidade é característica do poder estatal que se exercita observando as leis, em conformidade com a ordem jurídica vigente. Já a legitimidade do poder estatal levanta problemas de fundo, implicando a questão da justificação e dos valores do poder legal, “a legitimidade é a legalidade acrescida de valoração”. Portanto, o poder do Estado pode ser legal e não ser legítimo. Ou seja, pode se enquadrar nos moldes de uma constituição e não estar conforme as crenças, os valores e os princípios da ideologia dominante, geradores do consentimento dos governados.